

PLACAR DE NEGOCIAÇÕES

Enquanto o Fisco aumentou os procedimentos fiscalizatórios, contribuindo com o crescimento da receita, representantes do governo na mesa de negociação seguem inertes. Governo acena com reunião no dia 29 de agosto - mesmo dia da Assembleia Geral. **PÁGINA 4 e 5**



Daniel Meirelles: a categoria não consegue esperar mais
PÁGINA 6

Sindifiscal realiza o 1º Seminário do Fisco Estadual
PÁGINA 9

Com a palavra...

Os infiscalizáveis

Bruno Dantas, ministro do TCU, acusa a Receita de constrangê-lo, porque foi intimado a comprovar despesas médicas. Gilmar Mendes, ministro do STF, acusa servidores da Receita de agirem como “pistoleiros”, em razão da seleção de sua esposa no rol de contribuintes a serem fiscalizados.

Bolsonaro acusa a Receita de perseguir a sua família, em face de ação fiscal no comércio de um dos seus irmãos. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, diz que a Receita é muito poderosa e precisa ser reestruturada.

Em manifestação que aludia ao afastamento de dois Auditores Fiscais e à suspensão da fiscalização tributária sobre mais de 100 contribuintes, por decisão do ministro do STF, Alexandre de Moraes, a Fenafisco ressaltava o princípio constitucional da igualdade. “Ninguém, nem mesmo as mais graduadas autoridades da República, está acima de qualquer suspeita, tampouco a salvo do alcance da legislação”, dizia a nota.

As Administrações Tributárias são fundamentais ao Estado

Não se admite essa tentativa de criminalizar a Receita, de modo a dar azo à coexistência de dois grupos: os fiscalizáveis e os infiscalizáveis.”

Democrático de Direito e essenciais ao funcionamento e à existência de todas as demais Instituições e funções públicas. É preciso, sim, coibir os abusos e ilegalidades cometidos por servidores e autoridades, que se verificam em todos os poderes.

É preciso aprimorar e reforçar o controle social sobre as Instituições Públicas, porque democracia sem controle social ativo não passa de democracia de fachada. O que não é preciso, nem aceitável, é atacar a integridade da Receita, como fazem várias autoridades, simultânea e sistematicamente.

Há leis para responsabilizar ilícitos ou abusos cometidos por qualquer agente público. Mas o que se vê nada tem a ver com o interesse de investigar, apurar e responsabilizar agentes públicos por supostos ilícitos ou abusos.

Vê-se uma operação direcionada e orquestrada para desacreditar e desmantelar a Receita e a instrumentalização de casos isolados, ainda sob apuração, para manter longe do alcance da fiscalização tributária um grupo seleto de figuras públicas, autoridades e celebridades.

Não se comprovou, ao menos ainda, qualquer desvio ou desrespeito ao princípio da impessoalidade no âmbito da Receita, motivo pelo qual não se justifica esse bombardeio contra a Instituição e seus servidores, salvo se para criar um ambiente propício ao desmonte, sonho de consumo dos sonegadores.

Se da apuração ficar comprovado que a Receita perseguiu ou protegeu determinado



Charles Alcantara, presidente da Fenafisco, assina o editorial.

contribuinte ou grupo, resta, punir os responsáveis, inclusive e principalmente os eventuais ordenadores da ilicitude.

O que não se admite é essa tentativa de criminalizar a Receita, de modo a dar azo à coexistência de dois grupos de contribuintes, conforme alertado pela Fenafisco: os fiscalizáveis e os infiscalizáveis.

Sintomático da existência de grupos distintos de contribuintes foi o encontro, em abril deste ano, do presidente e do ministro da Economia com o pai do jogador Neymar, para tratar de processo tributário em fase de julgamento no âmbito do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), em que o jogador figurava (ou figura) no polo passivo. Nesse caso, nada se questionou sobre a quebra de impessoalidade, o que denota que a pessoalidade por parte das Instituições Públicas é consentida, incentivada e até aplau-

dida, quando opera em favor dos infiscalizáveis.

Aquilo que o presidente da Câmara vê como falha ou vício da Receita, na verdade é uma das principais virtudes das Instituições Públicas no contexto de um regime republicano; qual seja: o aproveitamento do pessoal técnico concursado para o exercício das funções públicas. Aliás, se houve ofensa ao princípio da impessoalidade nos casos apontados, a ofensa só pode ter ocorrido justamente pela interferência política numa atividade estritamente vinculada à Lei.

Ao contrário do que aponta Maia, é de menos ingerência do poder político e econômico que precisa a Receita, para não se transformar em instrumento para perseguir adversários e proteger aliados. Engana, ou está enganado, quem propõe supostamente despolitizar o Fisco, politizando-o ainda mais.

Expediente

Carlos Heugênio Duarte Camisão
Presidente
presidencia@sindifiscal-es.org.br

José Fermo
Vice-presidente
josefermo10@gmail.com

Geraldo José Pinheiro
Diretor Financeiro
diretoriafinanceira@sindifiscal-es.org.br

Jocelino Antônio Demuner
Diretor Administrativo
jdemuner@sindifiscal-es.org.br

Ação Fiscal

Zenaide Maria Tomazelli Lança
Diretora Jurídica
juridico@sindifiscal-es.org.br

Zuleide Rosangelica de Assis Lopes
Diretora de Aposentados e Pensionistas
azet58@hotmail.com

Rogério Zanon da Silveira
Diretor de Comunicação e Divulgação
jornal@sindifiscal-es.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO
Anthony Fermino Repetto Lavor
Lenise Seabra Miranda
Luciano José da Silva
Marcelo da Silva Ramos
Marcelo Vinicius Borges Amistá

CONSELHO FISCAL
Ana Maria de Souza Silva
Carlos Werner dos Santos
Sebastião Luiz Casagrande

DELEGADOS SINDICAIS
Região Metropolitana - Edvaldo Monteiro
Região Nordeste - Miguel Arcanjo Gagno
Região Noroeste - João Tadeu Caon
Região Sul - Lúcio Berilli Mendes

Ação Fiscal - Julho-Agosto/2019
Ano XXXIV - Edição 164

Weverton Campos
Jornalista responsável

Ricardo Aiolfi
Diagramação

Tiragem: 1300 exemplares
E-mail: jornal@sindifiscal-es.org.br



Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955 - Edifício Global Tower Salas 714 e 715 - Enseada do Suá Vitória/ES - CEP: 29050-335.
Site: <http://www.sindifiscal-es.org.br>
CNPJ: 272394410001/05
E-mail: jornal@sindifiscal-es.org.br
Telefone: (27) 3325-3439

Apesar de receita maior, Secretário da Fazenda pede cautela

Rogelio Pegoretti afirma que, mesmo com o cenário positivo no Estado, a situação nacional e internacional gera preocupação no governo do Espírito Santo

Alerta e cautela foram as palavras utilizadas pelo secretário da Fazenda, Rogelio Pegoretti, na prestação de contas relativa aos seis primeiros meses do governo apresentada na Ales (Assembleia Legislativa). A audiência pública foi promovida em 12 de agosto pela Co-

missão de Finanças.

Em sua exposição, Pegoretti informou que, no primeiro semestre, as receitas cresceram 13% em comparação ao mesmo período do ano anterior devido ao crescimento da receita tributária e da transferência de contas. As despesas aumentaram em 6,27%.

A situação nacional e internacional, no entanto, gera preocupação no governo. “Estamos com um cenário internacional realmente não muito bom e o País está com PIB negativo. Não vamos deixar as despesas correntes crescerem mais que a inflação”.

Pegoretti informou que os compromissos com Saúde, Educação e Segurança estão dentro



Rogelio Amorim prestou contas na Ales dos seus seis primeiros meses à frente da Sefaz-ES

“Não vamos deixar as despesas correntes crescerem mais que a inflação”

Rogelio Amorim
Secretário da Fazenda

dos limites. Já os aportes com a Previdência vão continuar crescendo seu déficit.

Com as despesas com

pessoal, o governo não pode ultrapassar 49% da Receita Corrente Líquida. Considerando esses limites, hoje, as contas

de pessoal chegam a 45,89%, ultrapassando o limite de alerta que é de 44,1%, mas menor que o limite prudencial.

Cooperação Fiscal é tema de Encontro de Administradores Tributários

Os auditores Sergio Ricardo e Bruno Aguilar representaram a Sefaz-ES no 67º Encat (Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais), em Manaus

(AM) nos dias 25 e 26 de julho.

Na oportunidade, Aguilar integrou o Painel sobre Conformidade Tributária e a Autorregularização e salientou que, no Espírito Santo,

o Cooperação Fiscal já arrecadou R\$ 82 milhões.

De acordo com o subsecretário da Receita, Sergio Pereira Ricardo, o evento é um grande promotor de inovações na área fiscal no Brasil.

“Durante essas reuniões são discutidos os problemas enfrentados pelos Fiscos Estaduais e apresentadas as soluções desenvolvidas”, comenta o subsecretário.

O próximo Encat está previsto para acontecer entre os dias 21 e 24 de outubro em Porto Velho (RO).



Sergio Ricardo e Bruno Aguilar representaram Sefaz-ES em Manaus

Auditores participam de palestra no Sindirochas

Os auditores fiscais da Receita Estadual, Bruno Aguilar Soares e Adson Thiago, foram palestrantes, no dia 16 de julho, do 1º “Café com Palestra”, promovido pelo Sindirochas em Cachoeiro de Itapemirim. Ao todo, mais de 40 pessoas participaram do evento.

Adson falou sobre os programas estaduais de incentivos fiscais com foco no setor de rochas, especialmente Compete e Investe. Já Aguilar abordou a conformidade fiscal como estratégia empresarial.

“Temos a oportunidade de esclarecer quais são e como funcionam

os incentivos fiscais e tirar dúvidas do empresário, aproximando a Secretaria deste importante público”, afirma o atual subsecretário de Competitividade, Adson Thiago, sobre a iniciativa.

Segundo Tales Machado, presidente do Sindirochas, haverá novas edições do evento.



Adson, Bruno e Tales Machado

4 DIRETORIA EM AÇÃO

Negociações da categoria com o governo se encontram paralisadas

Governo acena com nova reunião da mesa no dia 29 de agosto

O aumento das ações fiscais e do número de contribuintes fiscalizado pela Receita fez com que a arrecadação de tributos estaduais no Espírito Santo disparasse no primeiro semestre deste ano. Segundo levantamento realizado pelo Sindifiscal, o Estado capixaba viu sua receita aumentar 15,67% de janeiro a julho, em comparação com o mesmo período do ano passado.

Dados do boletim divulgado pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) do Ministério da Economia apontam ainda que, com o resultado obtido, o Espírito Santo ficou em quarto lugar entre as Unidades da Federação que mais tiveram aumento na arrecadação, ficando atrás somente de Ro-

raima (+45,51%), Santa Catarina (+17,99%) e Ceará (+17,71%) e bem acima da média nacional, que registrou crescimento de 3,14%.

Os destaques ficaram por conta das operações pontuais da Receita, que cresceram 8% (arrecadando R\$ 475 milhões ante R\$ 222 milhões no mesmo período de 2018) e do crescimento na quantidade de operações verticais (densas) - de 91% -, e de trânsito - 16%. Os processos de autorregularização dos contribuintes também cresceram 38% no período. Outro aumento ocorreu no número de contribuintes alcançados por um procedimento fiscal (8%).

Entre as atividades econômicas, os crescimentos mais expressivos ocorreram na Energia Elétrica (+20,62%), Substituição Tributária (+19,49%), Comércio (+15,09%) e Indústria (+9,41%). O café, por sua vez, teve aumento de 12,81%.



Inércia

Apesar do resultado positivo, o ótimo desempenho da Receita Estadual não tem sido suficiente para sensibilizar o governo em relação aos problemas dos auditores fiscais e auxilia-

res fazendários, uma vez que o Executivo permanece inerte no que diz respeito a dar prosseguimento às negociações com a categoria.

Por essa razão, o Conselho de Gestão e a Diretoria do Sindifis-

cal já se manifestaram pelo acolhimento do sentimento de insatisfação dos colegas e deliberaram, no dia 30 de julho, pela realização de reuniões setoriais e Assembleia Geral.



Cachoeiro de Itapemirim

26 de agosto às 10 horas

Colatina

26 de agosto às 10 horas

Linhares

26 de agosto às 14h30

Vila Velha

28 de agosto às 10 horas

Vitória

28 de agosto às 14 horas

Reunião de negociação

29 de agosto

Assembleia Geral

Saguão do prédio da Sefaz

29 de agosto

Assembleia Geral Unificada

dos servidores estaduais para exigir a revisão geral anual

30 de agosto

No dia 8 foi entregue à Diretoria um documento com cerca de 150 assinaturas manifestando insatisfação pela forma como o governo tem tratado as negociações.

No abaixo-assinado é registrada indignação com o aumento da distância remuneratória entre os auditores capixabas e a média nacional; esfacelamento do quadro; falta de regulamentação da lei de carreira; desmonte da estrutura e com a ausência de soluções.



O Sindifiscal recebeu a atitude com satisfação por demonstrar maturidade e envolvimento com a causa coletiva.

Na última Assembleia Geral, realizada em 6 de junho, a categoria deliberou por iniciar mobilizações a partir de 4 de julho, caso o governo não abrisse mesa de negociação. No entan-

to, duas reuniões aconteceram: uma com representantes diretos do governo e outra com o próprio governador.

Na ocasião, Casa-grande, acompanhado de Rogelio Pegoretti e Sergio Ricardo, afirmou que a mesa de negociação estava legitimada por ele.

No passo seguinte,

com intermediação da deputada Janete, foi agendada uma rodada de negociação com a Diretoria do Sindifiscal e os três secretários indicados pelo governador. No entanto, na data marcada, nenhum dos representantes pôde comparecer e enviaram substitutos.



Ainda assim, a Diretoria do Sindifiscal compareceu à reunião e apresentou as informações solicitadas pelo governo e os problemas que afligem a categoria há vários anos.

Os substitutos dos representantes do governo escutaram a Diretoria e se prontificaram a levar para seus respecti-

vos secretários o teor do que fora discutido. Também se comprometeram a agendar uma nova reunião dos três secretários com a Diretoria, o que ainda não aconteceu.

No dia 2 de agosto foi vez do Sindifiscal se reunir com o secretário da Fazenda. Na oportunidade, foram externadas preocupa-

ção e insatisfação face ao não andamento das negociações. Pegoretti se mostrou surpreso e, imediatamente, ligou para o representante da Seger, solicitando reunião o mais breve possível com a Diretoria do Sindifiscal, da qual também participaria.



Em 8 de agosto, a Diretoria se reuniu também com a deputada Janete para informá-la das preocupações e insatisfações diante da falta de atitude por parte do governo em dar andamento às conversas. No mesmo sentido, a categoria já vem dando sinais de impaciência com a situação, o que redundou no manifesto entregue à entidade.

No manifesto é pedida a convocação de uma Assembleia Geral para 13 de setembro. Entretanto, a decisão de con-

vocação de uma Assembleia já havia sido objeto de discussão e deliberação na última reunião do Conselho, quando foi decidido pela realização de reuniões setoriais preparativas para uma Assembleia, com uma pauta integrada por preocupações análogas às apresentadas pelos colegas, bem como uma diretiva de informar em detalhes à categoria os passos dados pelo governo em relação às reivindicações.



Daniel Meirelles: a categoria não consegue esperar mais

Para o auditor, o ES já está inscrito em dívida ativa com a categoria

O auditor fiscal Daniel Meirelles, 37 anos, completa em outubro seu primeiro biênio de Sefaz-ES, após integrar, por mais de 15 anos, a iniciativa privada, em empresas como Siemens e HP. Formado em Engenharia Eletrônica pelo CEFET/RJ e pós-graduado pela UERJ e pela PUC, o novo integrante do NEP acredita que o Espírito Santo parou no tempo quando o assunto é remuneração do servidor.

“Aqui as coisas parecem mais demoradas. Este ano a gente precisa deixar tudo preparado, se possível até nossas leis aprovadas, para já passarem a valer a partir de 2020”, pontua.

Segundo ele (que é pai de Miguel, 7 anos, e da capixaba Sophia, 1 ano, frutos de seu casamento com Poliana, 38 anos), caso isso não seja possível, haverá uma grande - e justificada - insatisfação por parte da categoria, sobretudo dos AFRE-0.

“Se esperarmos chegar 2020 para discutir nossas questões, quando vai vir nosso retorno? 2021? A categoria não consegue esperar mais. Não queremos ser me-



Daniel Meirelles prestou concurso público para a Sefaz em 2013 e completa, em outubro próximo, dois anos no Espírito Santo.

lhores nem piores que nenhum Estado, apesar de sermos o único nota A, mas queremos estar na média. É o mínimo”, pondera, acrescentando que o Espírito Santo precisa ver a Receita como parceira e não como antagonista.

Daniel vê com bons olhos a pauta de reivindicações deste ano, classificando-a como sintetizadora dos problemas da categoria. “Não tem porque ganharmos menos que os procuradores do Estado, já que nos outros lugares os auditores ganham até mais. E sem arrecadação não tem salário nem para o governador. A Constituição diz que temos preponderância não porque somos bonitos, mas porque a arrecadação tem de estar em primeiro lugar”.

Apesar do elogio à pauta, Meirelles acredita que os AFRE-0 estejam numa situação ainda pior e por isso seria natural a ansiedade para resolução

dos problemas.

“Por ser relativo, o tempo para o AFRE-0 passa mais rápido do que para quem está no teto. A maioria dos colegas de 2013 percebe uma diferença que beira os 260% em relação à remuneração mais alta da categoria. Isso gera uma inquietude. Para a gente o mês acaba dia 10”.

“A categoria é dispersa, então a entidade é a agregadora dessas pessoas e a líder desse movimento”

Segundo Daniel, a balança entre ônus e bônus da carreira está bastante desequilibrada. “A gente bota nosso CPF na reta e responde pelas nossas ações. Tem o ônus do cargo, mas não tem o

bônus, que seria uma remuneração adequada”, o que faz, segundo ele, com que o Espírito Santo esteja inscrito em dívida ativa com a carreira. “Estão em débito com a gente. A categoria já entregou muito e não recebe nada. Não tem mais como dizerem que precisamos entregar mais alguma coisa”.

A receita do sucesso, para o auditor, seria observar as movimentações e catalisar energias, com o protagonismo do sindicato. “O Sindicato é o elemento que vai catalisar todas essas energias. A categoria é dispersa, então a entidade é a agregadora dessas pessoas e a líder natural desse movimento, já que sem ela não conseguimos nada. Dá para ver pelo interesse que os governos têm em enfraquecer as entidades”, avalia.

Na visão do auditor, “a negociação com o governo está sendo um grande engodo”. “Só existe formalmente. Na prática, não se consegue

marcar uma próxima reunião com uma secretária de Estado. No NEP a gente tem acesso imediato a qualquer procurador do Ministério Público em meia hora e como que, dentro do mesmo Poder, a gente não consegue agendar uma reunião legitimada pelo governador?”, questiona.

Caso a categoria continue sendo “enrolada”, sem diálogo e motivação, Meirelles sugere um cronograma de Assembleias permanentes, para deliberações céleres.

“A categoria é mais forte do que imagina. Então, se for preciso, podemos usar essa força. Estamos vendo o que está acontecendo e não queremos ser enrolados. A gente quer contribuir com o Espírito Santo, fazer com que todos ganhem. Mas a gente já deu bastante retorno num momento em que os outros Estados estão crescendo pifamente ou se encontram em recessão”, conclui.

“A Constituição diz que temos preponderância porque a arrecadação tem de estar em 1º lugar”

Pelos sindicatos

Pública protocola pedido de recomposição da inflação para servidores

Diversos representantes de carreiras do Funcionalismo Público Estadual, por meio da Pública - Central do Servidor, protocolaram no dia 1º de agosto um pedido ao governo do Espírito Santo de abertura de mesa de negociação que vise à recomposição das perdas inflacionárias registradas nos últimos anos. Entre eles estavam presentes o presidente do Sindifiscal, Carlos Camisão, o diretor financeiro, Geraldo Pinheiro, e o diretor de Comunicação, Rogério Zanon.



Sindicatos entregam estudo das contas públicas aos deputados

Os representantes das entidades filiadas à Pública também estiveram na Ales (Assembleia Legislativa), no dia 6 de julho, para entregar um documento com estudo detalhado sobre a capacidade fiscal, financeira e jurídica do Espírito Santo para conceder a recomposição inflacionária das perdas aos salários dos servidores. De acordo com os presentes no ato, como o presidente do Sindifiscal, Carlos Camisão, e o diretor financeiro, Geraldo José Pinheiro, a maioria dos deputados abordados se comprometeu a analisar os dados e defendeu a necessidade dos servidores receberem o direito constitucional.



Disputa pela gestão 2020-2022 terá duas chapas

Os candidatos à Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) tiveram seus pedidos deferidos pela Comissão Eleitoral da entidade. A homologação das duas listas das candidaturas foi publicada no dia 30 de julho no Diário Oficial da União. A chapa 1, nomeada "Fenafisco: Pelo Fisco, Pelo Brasil" terá como cabeça de chapa Charles da Silva Alcantara (Sindifisco-PA). Já a chapa 2, intitulada "Unir para Fortalecer" tem como candidato a presidente João Marcos de Souza (Sindafep-PR).

Vice-governadora do Estado recebe servidores públicos

Recomposição salarial enca-beçou a pauta com vice-governadora

A vice-governadora do Espírito Santo, Jacqueline Moraes, se reuniu na manhã do dia 14 de agosto com delegados de 15 entidades representativas de carreiras do Funcionalismo Público, entre eles o presidente do Sindifiscal, Carlos Camisão. Na pauta da reunião estiveram diversas reivindicações das carreiras públicas capixabas, sobretudo a recomposição salarial. O encontro ocorreu no Palácio da Fonte Grande, em Vitória, onde fica a vice-governadoria.

Na oportunidade, Jacqueline Moraes explicou que não poderia dar nenhuma resposta defini-



Jacqueline Moraes recebeu representantes do Funcionalismo.

tiva, uma vez que essa decisão não compete a ela. Entretanto, se comprometeu a conversar com o governador Renato Casagrande, no sentido de atuar como mediadora das partes e sensibilizar o Chefe do Executivo.

No dia 5 de agosto, Casagrande chegou a declarar publicamente que em 2020 deve haver algum reajuste aos servidores, mas não entrou em detalhes de percentual. Para 2019 não haveria, portanto, nenhuma expectativa.

Para valer para 2020, o reajuste tem de estar discriminado na peça da Lei Orçamentária anual, que deve ser enviada pelo governo à Ales até o próximo dia 30 de setembro.

Na reunião também estiveram representantes dos servidores da Ales, Judiciário, Ministério Público, Incaper (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rura), Enfermeiros, Delegados, Investigadores, Jornalistas, entre outros.

Assembleia Geral Unificada dos Servidores exige recomposição

Os servidores públicos estaduais se reuniram em Assembleia Geral Unificada na manhã do dia 30 de agosto em frente ao Edifício Fábio Ruschi, Centro de Vitória. Na oportunidade, foram discutidas as propostas de avanço na luta pela recomposição inflacionária.

Dados levam-

tados pela Pública - Central do Servidor, da qual o Sindifiscal é filiado, mostram que, considerando a inflação acumulada desde abril de 2014, os servidores acumulam perdas de 26,51% levando em conta o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Isso significa dizer que, para cada 12 meses trabalhados, o servidor ca-

pixaba perde quase três.

Apesar da recomposição inflacionária ser uma determinação do Artigo 37 da Constituição Federal, e do Espírito Santo ter figurado, no primeiro quadrimestre, na segunda posição nacional entre as Unidades da Federação que mais obtiveram crescimento de receita, o governo segue "enrolando" o servidor.

Comunicação do Sindifiscal coloca Fisco do ES em voga na imprensa

Trabalho do setor de Comunicação do Sindifiscal fez com que, somente neste primeiro semestre, o Fisco Estadual do Espírito Santo figurasse na imprensa 21 vezes.

A partir do trabalho do setor de Comunicação do Sindifiscal, o Fisco do Espírito Santo esteve presente de forma orgânica (não comercial) em 21 reportagens na imprensa local e nacional neste 1º semestre.

Todas as matérias, publicadas no R7, Folha Vitória, TV Vitória, Rede TV, A Gazeta, A Tribuna, Revista ES Brasil, entre outros, trataram sobre arrecadação, combate à sonegação, trabalho do setor de petróleo e gás da Sefaz e, principalmente, Reforma Tributária.

Em 31 de julho, o presidente do Sindifis-

cal, Carlos Camisão, foi convidado pelo jornal A Gazeta para apresentar o ponto de vista da entidade e da categoria sobre os modelos de proposta de Reforma Tributária apresentados até então.

Numa consonância com alguns outros especialistas consultados pelo veículo, Camisão afirmou que a matriz de impostos brasileira está equivocada. “Aqui tributamos o consumo em torno de 50% e a renda em torno de 20%. Nos países desenvolvidos é o contrário”, afirmou na ocasião.

Segundo a reportagem, que também ouviu o secretário da Fazenda, Rogelio Pegoretti, algumas das propostas, que sugerem unificação de impostos, trazem preocupação no que diz respeito à distribuição de recursos entre União, Estados e Municípios.

Três dias antes (28



O presidente do Sindifiscal, Carlos Camisão, tem sido convidado para falar sobre reforma tributária.

21

vezes o Fisco Estadual apareceu na mídia

de julho), em sua coluna no jornal A Gazeta, a

colunista de Economia, Beatriz Seixas, exaltou o crescimento na arrecadação do Espírito Santo, provocado, entre outros fatores, pela intensificação das ações fiscaliza-

tórias.

A partir dos dados fornecidos pelo Sindifiscal, A Gazeta destacou que o Espírito Santo foi o quarto ente da Federação que apresentou maior crescimento na arrecadação de tribu-

tos estaduais (15,7%) no primeiro semestre, ficando atrás apenas de Roraima (45,5%), Santa Catarina (17,9%) e Ceará (17,7%). O bolo arrecadatário capixaba saltou de R\$ 5,7 bilhões para R\$ 6,6 bilhões.

Sindifiscal firma convênio com a Porto Seguro e clínicas de saúde

Neste mês de agosto, o Sindifiscal, por meio do Departamento de Comunicação, firmou convênio com três novos parceiros, no intuito de oferecer mais benefícios aos seus associados e dependentes.

O primeiro foi com a corretora de Seguros Trabalha e Confia, que atua junto a **Porto Seguro**. O grupo se compromete a sempre buscar e oferecer o melhor orçamento em seguros de automóveis.

A Porto Seguro oferecerá descontos

de 15%, podendo chegar a 40% a depender do perfil do filiado do Sindifiscal. O convênio também abrange as demais seguradoras do Grupo (Itaú e Azul Seguros) e é extensivo a dependentes e ascendentes.

Mais informações com o consultor técnico Fábio Vieira, por meio dos telefones (27) 99926-4000 e (27) 4141-3741.



Clínica médica e odontológica

O Sindifiscal firmou convênio também com a **Partmed**, que reúne clínicas médicas e odontológicas e uma central de exames. Com isso, filiados ao sindicato e seus dependentes terão 20% de desconto nas consultas médicas particulares e em todos os procedimentos odontológicos oferecidos pela Partmed.

Localizada na Avenida Central, número 1258, Sala 1, no Parque Residencial Laranjeiras, na Serra, a Part-

med tem em seu rol especialidades como Clínica Geral, Ortopedia, Pediatria, Cardiologia, Pneumologia, Ginecologia, Dermatologia, Urologia, Geriatria, Gastroenterologia, Endocrinologia, entre outras.

Mais informações podem ser obtidas pelo site www.partmedsaude.com.br.



Psicologia

O Sindifiscal também firmou convênio com o consultório de psicologia de Lara Tomazelli, localizado na Reta da Penha, 549, Sala 2, Edifício Wilma, Vitória.

Filiados e seus dependentes terão direito a consultas por R\$ 80 (cerca de 50% de desconto em relação aos valores convencionais). O agendamento pode ser feito pelo telefone (27) 99807-2345.



Festa de 35 anos do concurso de 1984 acontecerá em novembro

Lenise, Frisso, Uliana, João da Silveira e Flávio Rios são os organizadores

A tão esperada festa de 35 anos do concurso público para auditor fiscal realizado em 1984 finalmente está próxima de acontecer.

O evento, para o qual todos estão convidados, será realizado no dia 9 de novembro (um sábado), das 22h às 3h, no Cerimonial Casa de Pedra, em Jockey de Itaparica, Vila Velha (ao lado da Sede Social do Sindifiscal).

O ingresso para a comemoração, que terá buffet, bebidas, e um grande show da banda Tríade, custará apenas R\$ 75 por pessoa (mesmo preço para auditores e convidados). Crianças de até 6 anos de idade não pagam entrada.

As presenças devem ser confirmadas pelo WhatsApp (27) 98159-0017. A conta para depósito ou transferência e os telefones para mais informações estão disponíveis logo abaixo.

Pagamentos

Conta

Banco Banestes (021)
Agência: 0609
Conta: 3003390-6
Titular: Lenise Seabra Miranda
CPF: 724.651.907-58

Comissão Organizadora:

Lenise Miranda
(27) 99944-0380

João da Silveira
(27) 99740-9810

Élcio Uliana
(27) 99894-9012

Flávio Rios
(27) 99982-0718

José Carlos Frisso
(27) 99957-6662



Cerimonial Casa de Pedra sediará o evento de confraternização pelos 35 anos do concurso de 84.

Sindifiscal promove 1ª edição do Serfisco

O Sindifiscal promoverá a primeira edição do Serfisco (Seminário da Receita e do Fisco do Espírito Santo), no próximo dia 19 de setembro, das 9 às 22h.

O evento, que tem apoio da Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo), acontecerá no Centro de Treinamento Dom João Batista, em Praia do Canto, Vitória, na ladeira do colégio Sagrado Coração de Maria (Sacré-Coeur).

Na programação estão inclusas discussões temáticas e uma palestra de valorização da carreira, que culminará na definição de ações e procedimentos. Além disso, também serão oferecidos aos participantes coffee break, almoço, café da tarde e um coquetel de encerramento.

Os interessados em participar devem enviar nome completo para o e-mail eventos@sefaz.es.gov.br.

Vale ressaltar que, para filiados, o evento é gratuito. Já para não filiados, a participação custará R\$ 140. O pagamento deve ser efetuado até o dia 8 de setembro e o comprovante de depósito ou transferência deve ser enviado para o e-mail financeiro@sindifiscal-es.org.br.

Classifisco

Filiados podem anunciar gratuitamente pelo jornal@sindifiscal-es.org.br



HRV

Mara Perin está vendendo seu Honda HRV 2015/2016. O veículo tem 31 mil km rodados e está com as revisões em dia. Ela foi a única dona do automóvel, comercializado por R\$ 70 mil. Os interessados devem entrar em contato pelo (27) 98822-4978.



Fiesta

Francisco Costa está vendendo um New Fiesta 2015/16, SE 1.6, Flex, com câmbio manual, bancos de couro, rodas liga leve e todos os acessórios, NF, manual com revisões e 35 mil Km rodados por R\$ 38 mil. Interessados devem ligar para (27) 99982-1079.

Artigo

Autonomia do Fisco é uma garantia para o contribuinte

Ao invés de valorizar e preservar os auditores fiscais, servidores públicos ocupantes de carreiras típicas de Estado, fundamentais para o combate à sonegação e que buscam as receitas públicas para que o Estado cumpra seu papel social, é evidente o cenário de enfraquecimento e de desvalorização do Fisco.

No Ceará, em 19 de julho, a Sefaz publicou uma Norma que expõe ilegalmente os auditores à suspeição vexatória, além de contrariar diversos dispositivos legais, em especial o CTN.

A norma proíbe reuniões entre os auditores, contribuintes e seus representantes advogados, contadores e consultores, passando a exigir a presença de um terceiro, preferencialmente o supervisor, de modo a “fiscalizar” a reunião. Daí surge uma série de questionamentos. Afinal, qual a intenção dessa exigência?

Não é factível que qualquer autoridade esteja acima do nosso ordenamento jurídico.

Ao recair exclusivamente sobre o auditor, a determinação da Sefaz trata de forma discriminatória, pois dentro do próprio órgão os servidores detentores de outras carreiras típicas de Estado não têm essa exigência de que algum terceiro venha a “fiscalizar” suas reuniões com interlocutores.

Outro ponto é que as informações fiscais, contábeis e sobre atos



Juracy Soares é auditor fiscal da Sefaz/CE, diretor-executivo da Auditece/CE e presidente da Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais).

envolvendo os negócios da empresa devem ser preservados pelo Sigilo Fiscal. Essa responsabilidade recai, obviamente, sobre o auditor, que será responsabilizado se ocorrer um “vazamento” do levantamento.

Há, ainda, que se levar em conta que a referida norma estabelece que o contribuinte, antes da lavratura de eventual Auto de Infração, seja informado de toda a documentação que servirá de base ao lançamento tributário, conferindo-lhe o direito de anexar documentos. Ou seja, na prática há uma “importação” da fase de defesa para a fase de Auditoria Fiscal.

O fato é que para o contribuinte cumpridor de seus deveres, a norma não trará benefícios ou criará dificuldades. Contudo, para o contribuinte que quiser burlar a ação do Estado, será uma fantástica ferramenta.

Situação bastante complicada também vivenciam os auditores fiscais da Receita Federal com as recentes decisões do STF e do TCU, impondo duro golpe às ações de verificação de ilícitos tributários que envolviam agentes públicos.

Não é factível que qualquer autoridade esteja acima do que dispõe nosso ordenamento jurídico. Ao fim e ao cabo, somos todos contribuintes. Um trabalhador da iniciativa privada declara seus rendimentos e se submete à verificação por parte do órgão competente. Da mesma forma, um servidor público, seja auditor, promotor, procurador, juiz ou ministro, se submetem ao crivo da regularidade tributária.

Se há infração deve surgir a competente, oportuna e cabível ação de recuperação do crédito tributário. E se há divergência, o contribuinte tem os seus direitos à ampla defesa e ao contraditório assegurados.

Infelizmente o país vive num clima de intenso ataque às carreiras de Estado e, ao que parece, isso está contaminando autoridades que deveriam submeter-se à lei, exatamente da mesma forma que qualquer outro contribuinte se submete.

Os auditores fiscais precisam exercer suas atividades livres de ingerências políticas, pois a autonomia do Fisco é uma garantia para a sociedade e deve ser respeitada.

Sobe e desce

Sobe

Grupo de Trabalho na Sefaz



Sob coordenação do auditor Rômulo Chaves, o ES ganhou no dia 8 de agosto um Grupo de Trabalho para Avaliação da Reforma Tributária. O objetivo é verificar os impactos das

propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso, refletindo de maneira mais profunda sobre fatores como a distribuição e os impactos que as mudanças podem gerar aos cofres estaduais e municipais.



Sobe

Investigação de políticos

Por meio da mobilização social, a Justiça já identificou, somente neste ano, 26 parlamentares e um governador vinculados a veículos de comunicação, contrariando a proibição

prevista no artigo 54 da Constituição. Apesar de tentarem driblar a lei, ao transferir sua participação para parentes, prevalece na Justiça o entendimento de que a transferência do controle não sana as violações.

Desce

Desmatamento



O brusco aumento no ritmo de desmatamento na Amazônia, endossado por defesas da abertura das terras indígenas e das áreas de conservação, tem nos trazido sérios problemas. A Alemanha congelou investimentos de

R\$ 156 milhões em projetos de preservação ambiental, sendo seguida pela Noruega, que bloqueou R\$ 133 milhões do Fundo Amazônia. A fumaça das queimadas também fizeram o dia virar noite em São Paulo no dia 19 de agosto.



Desce

Epidemias retornam

O aumento da desigualdade e o enfraquecimento da cobertura de vacinação deu ao 1º semestre de 2019 um recorde de casos de sarampo. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 182 países noti-

ficaram 364,8 mil casos de sarampo de janeiro a junho deste ano, quase três vezes os contabilizados no mesmo período de 2019. O Brasil, particularmente, registra atualmente o 2º maior número de casos da doença das Américas.

Homenagem da família ao auditor aposentado falecido Délio Goes

A família do auditor fiscal aposentado Délio Soares Goes, falecido em 29 de junho, fez uma pequena homenagem ao ente querido.

A senhora Marta Goes, viúva do colega, relembrou com saudosismo os tempos de Sefaz do esposo. “Ele sempre trabalhou honestamente e foi amigo de todo mundo”, diz.

Délio ingressou na Sefaz por volta de 1973, pouco depois de se casar. Trabalhou arduamente na Coletoria de Santa Teresa e enfrentou mui-

tas situações de perigo. “Era uma atividade que me preocupava muito, principalmente quando era feita à noite”, conta.

Apesar das dificuldades intrínsecas à função, Marta afirma que Délio é considerado um dos fiscais com trabalhos mais relevantes prestados em Santa Teresa e ao Estado. “Ele sempre trabalhou com carinho e dedicação e chegou a receber, em 2018, o título de cidadão teresense”, destaca.

Mais uma vez, o Sindifiscal externa condolências pela perda e deseja que a família e os amigos possam encontrar conforto nas boas lembranças.

Deixa saudade

No dia 3 de julho, o auditor aposentado **Iguarassu Salles Bourguignon** partiu deixando família, amigos e colegas com saudades.



Balancete semetral

BALANÇO GERAL

ATIVO	01/01/2018 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018	Var. (%)
ATIVO CIRCULANTE	1.280.708,74	1.094.490,24	17,01%
Caixa	20,16	81,21	-75,18%
Bancos c/ movimento	13.857,41	1.955,68	608,57%
Aplicação de curto prazo	1.296.076,82	1.086.529,11	19,29%
Créditos Diversos	0	5.924,24	—
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	1.280.708,74	1.094.490,24	17,01%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.524.088,87	2.518.615,44	0,22%
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	46.939,72	44.589,50	5,27%
Aplicações Financeiras	46.939,72	44.589,50	5,27%
IMOBILIZADO	2.475.402,39	2.472.925,72	0,10%
Imóveis	1.986.998,59	1.986.998,59	0,00%
Maquinas e Equipamentos	129.741,85	127.265,18	1,95%
Móveis e Utensílios	74.454,45	74.304,45	0,20%
Veículos	45.800,00	45.800,00	0,00%
Software	1.795,00	1.795,00	0,00%
Instalações	239.368,81	239.368,81	0,00%
(—) Depreciações acumuladas	-3.009,55	-2.606,31	15,47%
TOTAL DO ATIVO	3.834.043,26	3.613.105,68	6,11%
NÃO CIRCULANTE	2.524.088,87	2.518.615,44	0,22%
TOTAL DO ATIVO	3.834.043,26	3.613.105,68	6,11%
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE	17.379,47	42.799,74	-59,39%
Fornecedores	0	20.048,98	-100,00%
Obrigações Sociais	13.618,42	16.762,65	-18,76%
Obrigações Fiscais	3.761,05	5.998,11	-37,30%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0	0	—
PATRIMÔNIO SOCIAL	3.816.663,79	3.570.305,94	6,90%
Deficit/Superavit Acumulados	3.816.663,79	5.570.305,94	-31,48%
TOTAL DO PASSIVO	3.834.043,26	3.613.105,68	6,11%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

CONTAS DE RECEITAS			
Receitas de locações	9.000,00	8.100,00	11,11%
Impostos sobre vendas	-121,5	0	—
Receitas Financeiras	33.905,43	30.293,00	11,92%
Outras Receitas Operacionais	47.361,87	24.088,42	96,62%
Receitas de Terceiros – Filiados e associados	752.584,02	712.695,35	5,60%
Receitas Não Operacionais	95	0	—
TOTAL DA CONTA DE RECEITAS	842.824,82	774.933,77	8,76%
CONTAS DE DESPESAS			
Despesas Administrativas	743.020,77	0	—
Despesas de Pessoal	254.935,75	266.272,55	-4,26%
Serviços prestados por terceiros	132.130,93	15.863,30	732,93%
Encargos Sociais	64.323,06	66.091,51	-2,68%
Taxas e Contribuições		200	-100,00%
Conservação de bens e instalações	5.990,67	940	537,31%
Provisões e depreciações	403,24	0	—
Despesas Gerais - Vitória	150.635,66	159.074,39	-5,30%
Desp. Gerais – Clube Vila Velha	105.570,93	179.802,49	-41,29%
Desp. Gerais – Clube de Cachoeiro	11.990,53	27.568,81	-56,51%
Desp. Gerais – Campanha de valorização	17.040,00	5.645,84	201,82%
Despesas Tributárias	5.418,34	4.754,30	13,97%
Despesas Financeiras	9.972,23	7.295,04	36,70%
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESAS	758.411,34	733.508,32	3,40%
TOTAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	84.413,48	41.425,45	103,77%
RESUMO			
ATIVO	3.834.043,26	3.613.105,68	6,11%
PASSIVO	3.834.043,26	3.613.105,68	6,11%
CONTAS DE DESPESAS	758.411,34	733.508,32	3,40%
CONTAS DE RECEITAS	842.824,82	774.933,77	8,76%
RESULTADO	84.413,48	41.425,45	103,77%

Novidade
nas linhas de crédito da Coopfisco

▶ ANTECIPAÇÃO DE ATÉ 80% DO ABONO DE FÉRIAS
TAXA DE 1,5% AN

▶ ANTECIPAÇÃO DE ATÉ 80% DO ABONO PERMANÊNCIA
TAXA DE 1,5% AN

Mais informações entre em contato

Formado Precatório do Rotativo: Categoria receberá em 2020

Pagamento dos valores será efetuado direto na conta dos beneficiários.

Em mais uma vitória do Sindifiscal e de seus associados, o Poder Judiciário determinou ao Estado que inclua no orçamento para pagamento em 2020 o valor conquistado no processo referente aos juros e encargos do crédito rotativo.

Assim sendo, um total de 405 colegas (entre auditores fiscais ativos e aposentados) serão beneficiados pela conquista liderada pelo Sindifiscal. Os valores ainda serão atualizados monetariamente até a data do pagamento.

Para receber, o filiado



Quem recebeu por RPV teve de comparecer a uma agência.

405
colegas serão beneficiados

deverá enviar para o sindicato foto da parte da frente do cartão de sua própria conta bancária (contendo o número da agência e da conta), pelo e-mail juridico@sindifiscal-es.org.br ou pelo WhatsApp (27) 99972-

1687. Quem já fez o procedimento não deve repeti-lo.

O beneficiário que desejar saber o número de seu precatório poderá obtê-lo no site do Tribunal de Justiça do ES.

Estado sofre derrotas nas ações da Trimestralidade

O Estado do Espírito Santo continua a sofrer derrotas nos processos da chamada “trimestralidade”.

Diante da conclusão do julgamento de alguns processos perante o STJ (Superior Tribunal de Justiça) e o STF (Supremo Tribunal Federal), o TJES (Tribunal de Justiça do Espírito Santo) retomou o julgamento das ações em que o Estado pretendia anular os precatórios já formados e, mudando seu entendimento inicial, tem decidido contrariamente à pretensão do Estado. Com isto, estão sendo

mantidos os precatórios da trimestralidade.

O Departamento Jurídico do Sindifiscal continua acompanhando de perto todos os processos a envolver a matéria e aguarda que todos eles tenham desfecho favorável aos servidores.

Ressalta-se, porém, que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) decidiu suspender o pagamento dos precatórios da trimestralidade até que todas as ações declaratórias sejam definitivamente julgadas e, ainda, que haja o recálculo dos valores em todos os processos.



Tribunal de Justiça do ES retomou julgamento dos processos.

Alerta de Golpe: estelionatários tentam induzir filiados a depositarem dinheiro para adiantar recebimento do processo do IPAJM

O Sindifiscal alerta aos seus filiados, especialmente os que possuem algum processo para receber, que este-

lionatários têm entrado em contato com associados do Fisco dizendo que podem agilizar o recebimento dos valores.

A diretora jurídica da entidade, Zenaide Tomazelli, informa que a possibilidade é completamente inexistente. De maneira alguma os filiados devem fazer depósitos ou transferências bancárias de qualquer valor como condição para recebimento - ou adiantamento de recebimento - de valores referentes ao crédito rotativo do Banestes e do IPAJM.

Em alguns casos, um

indivíduo que se diz tabelião, informa número de conta na Caixa Econômica Federal para depósito e cita até mesmo o nome e um contato falso atribuído ao advogado do Sindifiscal, Gilmar Lozer.

O Sindifiscal reitera que, de maneira alguma, os filiados devem fazer qualquer tipo de depósito para, supostamente, receber de forma célere os valores dos processos do Banestes e do IPAJM.

Somente funcionários do Sindifiscal (Gilmar Lozer, Oreni Amaral, Felixia Toffoli, Weverton Campos e Adriana Nobre, além dos diretores) estão autorizados a prestar tais informações.

Quem, porventura, tiver recebido esse tipo de ligação, favor realizar denúncia na delegacia de Polícia mais próxima. Em caso de dúvidas, acione o Sindifiscal pelo telefone (27) 3325-3439.

